

CAPÍTULO 2. ARQUITETURA RESIDENCIAL VERTICALIZADA E PAISAGEM DE GOIÂNIA

2.1 Verticalização em Goiânia

Goiânia foi idealizada por Attilio Corrêa Lima em 1933. Segundo Mello (1996, p. 34), “Goiânia nasceu de maneira inusitada em relação às outras cidades do estado. Foi intenção, plano político, símbolo materializado em ruas e edifícios”.

Vale ressaltar que, para melhor compreensão sobre a transferência da antiga capital, cidade de Goiás, para Goiânia, é necessário apresentar a situação em que se encontrava a cidade de Goiás antes da transferência, a fim de esclarecer os motivos que levaram à mudança. Mello (2006) apresentou o panorama de como o estado de Goiás era compreendido – lugar isolado e atrasado –, ao passo que a construção da nova capital significava modernidade e progresso.

A “marca”, ou estigma, do estado de Goiás era de lugar isolado”, onde os benefícios da modernidade não podiam penetrar; local atrasado, que está “atrás” dos outros, portanto em grande desvantagem. Um lugar no fim do mundo. [...] A nova capital do estado trazia consigo um conteúdo simbólico que apontava para ideais de novos tempos de desenvolvimento e progresso. Pretendia-se que a cidade fosse o marco da passagem para uma nova etapa da história: isso significava que a sua construção era um ato de quebra de estigma, ou seja, de resignificação. (MELLO, 2006, p. 31).

Goiás nasceu em 1727, com a entrada dos bandeirantes paulistas no interior do país, que buscavam descobrir e explorar novas minas de ouro. A cidade cresceu graças à dinâmica aurífera, de acordo com a ocupação mineradora, com edificações de caráter colonial, coladas umas às outras, o que dificultava a iluminação, ventilação e insolação direta (RIBEIRO, 2004).

Vários fatores justificaram a transferência da capital: questões políticas, econômicas, sociais e ambientais. A água do subsolo não podia ser utilizada, em razão de sua composição química, imprópria para o consumo. A situação do esgoto era ainda pior, pois o terreno onde fica a cidade de Goiás é rochoso, impossibilitando a implantação de um sistema sanitário. O transporte era praticamente inexistente. Enfim, trata-se de cidade localizada em meio a uma depressão rochosa, com ruas tortuosas, estreitas, acidentadas e pavimentadas

com paralelepípedos. Além disso, a distância até a estação de trem era de 185 km, o que dificultava a chegada de insumos e a saída do que era produzido na antiga capital (RIBEIRO, 2004). Assim se referiu Rodolfo Gustavo da Paixão, então presidente da Assembleia Estadual, no Ofício nº 29/1890:

A capital de Goiaz é, sem, dúvida, uma daquelas cidades cujo estado sanitário, dia a dia é pior, reclama as mais prontas e enérgicas providencias. Situada em meio a uma bacia, conquanto sobre terreno acidentado, cercada de altos montes que se comprimem em diminuto âmbito, embaraçando-lhe a regular ventilação, estreitando-lhe, demais, o horizonte visual: castigada por excessiva temperatura graças à sua baixa latitude de quase 16° S, não corrigido pela altitude ou por causas locais; com uma edificação à antiga, obedecendo, *in totum*, à arte colonial, que era antes a negação dos mais rudimentares princípios arquitetônicos e dos mais salutareos preceitos da moderna higiene. (MONTEIRO, 1938, p. 50).

Além desse rol de questões, contribuíram para a mudança da capital questões políticas e econômicas em nível regional e nacional. A luta pelo poder político entre as oligarquias do Sul e Sudeste do estado iniciou-se no final do século XIX. A mudança da capital, de certa forma, significava a vitória da oligarquia do Sul e Sudeste, onde o centro econômico era o mais dinâmico de Goiás, contra a oligarquia da família Caiado (RIBEIRO, 2004).

No âmbito do estado de Goiás, o processo de modernização só ocorreu por conta da aceleração da economia e da quebra do isolamento da região, graças à expansão cafeeira do Sul e Sudeste do país, à penetração das frentes de expansão e da frente pioneira, à extensão da estrada de ferro à fronteira do estado, à fertilidade das terras goianas e ao incremento populacional resultante de correntes migratórias.

Segundo Maria Eliana Jubé Ribeiro (2009), em âmbito regional, a indicação de Pedro Ludovico como interventor simbolizou a ascensão das forças economicamente mais dinâmicas sobre o poder político até então vigente. A Revolução de 1930 foi o acontecimento que possibilitou à oposição alcançar o poder. A nomeação de Pedro Ludovico como interventor federal de Goiás foi um plano para fortalecer as propostas políticas e econômicas das forças vitoriosas da Revolução de 1930 e a incorporação e consolidação do novo projeto em curso desde a década de 1920, que pôde concretizar-se com Getúlio Vargas.

Ainda segundo a autora, a convite do então interventor Pedro Ludovico

Teixeira, o urbanista Armando de Godói elaborou um relatório com argumentos que confirmavam as configurações físico-geológico-geográficas e ambientais anteriormente apresentadas por outros governantes. No documento, entregue no início de 1933, o urbanista assim se pronunciou:

Atribuo o pouco ponderável progresso do vosso Estado ao fato de nele ainda não ter podido surgir um centro urbano com todos os elementos necessários para se expandir e estimular as múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social de um povo. A necessidade disso se vem impondo há muito tempo e vós outros goianos ilustres, bem como vários homens importantes que visitaram Goiás, compreendestes que não se pode mais adiar a solução de tal problema, tão premente ele se apresenta. (MONTEIRO, 1938, p. 50).

Nos governos de Conde dos Arcos (1754), Miguel Lino de Moraes (1830) e José Vieira Couto Magalhães (1863), ocorreram tentativas de mudança da capital. Porém, somente em 1933 o interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, encaminhou um relatório de cunho científico ao chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, no qual havia justificativas que o levaram a enfrentar a mudança da capital e confirmavam os anseios mudancistas. Foi assim que Goiânia nasceu. Para Getúlio Vargas, a construção da nova capital extrapolava os interesses locais e regionais.

Tornava-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a (nossa) expansão futura. Do alto dos vossos chapadões infindáveis, onde estarão amanhã os grandes celeiros do país, deverá descer a onda civilizadora para as planícies do Oeste e do Noroeste. (SILVA, 1992, p. 183 e 189).

A pedra fundamental de Goiânia foi lançada em 1933 e o projeto da nova capital foi idealizado por Attilio Corrêa Lima, graduado pela Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, e mestre pelo Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris. No fim do ano de 1932, Pedro Ludovico nomeou uma comissão que escolheria o local da nova capital.

Os critérios básicos, fixados pela comissão, para a localização da nova capital foram: proximidade da via férrea, abundância de água, bom clima e topografia adequada. Em relação à topografia, há indícios de preferência por um local menos acidentado para não onerar as então futuras obras da cidade. (MELLO, 1996, p. 36).

Foram indicados três possíveis municípios que preenchiam esses requisitos – Bonfim, Ubatam e Campinas –, sendo que a subcomissão técnica julgou o último mais adequado.

Situada numa extensa planura, na altitude de 700 (setecentos) metros sôbre o nível do mar, circundada pelos rios Meia Ponte e Anicuns e ribeirão Cascavel, Campinas oferece todos os requisitos topográficos indispensáveis para a construção de uma linda cidade moderna e salubérrima. (IBGE, 1942, p. 10).

O plano inicial tinha como enfoque o centro administrativo, que se localizava em uma grande praça central, onde desembocavam as avenidas principais. Segundo o urbanista, sua inspiração explicitamente barroca veio de Versalhes, Karlsruhe e Washington. O ponto em comum era a convergência de três avenidas principais (Araguaia, Goiás e Tocantins) para um ponto central. Assim, o Palácio do Governo, localizado no centro da praça, podia ser visto de qualquer um dos três pontos distintos que conferiam uma paisagem perspectivada e monumental das avenidas, culminando no maior símbolo do governo. Segundo Mello (2006, p. 40), “uma das características tomadas do urbanismo barroco foi o destaque dado ao palácio [...] Essa estratégia, aliás, era muito conveniente a uma capital como Goiânia, em franco processo de afirmação política”.

Da topografia tiramos partido também para realçar o principal motivo da cidade, que é o seu centro administrativo. A situação que lhe demos é de grande destaque, sobressaindo visivelmente de todos os pontos da cidade e principalmente para quem nela chega. Quem atravessar a cidade ao longo de sua principal via comercial (Avenida Anhanguera), verá sucessivamente três pontos de vista diversos ao cruzar as três grandes avenidas que convergem para aquele centro. Procuramos adotar o partido clássico de Versalhes, Karlsruhe e Washington, genericamente chamado de *Pate d’oie*¹⁸ pelo aspecto monumental e nobre, como merece a capital de um grande Estado (evidentemente que guardando as devidas proporções). (IBGE, 1942, p. 100).

Em virtude dos poucos recursos que o governo do Estado dispunha para a construção de Goiânia e, conseqüentemente, da falta de remuneração, em 1935 Attilio Corrêa encerrou sua contribuição para a implantação e construção da nova capital (MELLO, 2006).

Enfim, pode-se dizer que o plano diretor de Attilio Corrêa Lima buscou atender às diretrizes pré-definidas no Decreto 3.359, de 18 de maio de 1933, respeitando as condições da natureza e do local, buscando preservá-las e valorizando a cultura simples de morar do povo goiano. Mas buscou também alternativas, as mais variadas possíveis, dentro dos preceitos modernos da cidade, aliando a monumentalidade e a perspectiva do século XVIII da França absolutista – expressadas em Versalhes e reproduzidas para a escala e época do Centro-Oeste brasileiro da década de 30, tendo sua

¹⁸Traduz-se por “pé de pato” (MELLO, 2006, p. 39).

expressão máxima no centro administrativo da nova capital [...]. (RIBEIRO, 2004, p. 68).

Os irmãos Coimbra Bueno, construtores da nova capital, utilizaram sua influência com o interventor Pedro Ludovico Teixeira e apresentaram a necessidade de contratar um novo urbanista que pudesse revisar o que havia sido projetado por Attilio e dar prosseguimento ao projeto. Dessa forma, foi convidado o engenheiro Armando Augusto de Godoy, que trabalhava na Prefeitura do Rio de Janeiro e já havia atuado com Alfred Agache. Além disso, sua participação na escolha do sítio para Goiânia significou que estava preparado para assumir tal responsabilidade.

Sua formação teve forte influência americana e inglesa e ele trouxe para o projeto de Goiânia o que havia de mais novo nas discussões pelo mundo. Inspirou-se nos exemplos concretos das cidades de Letchworth, na Inglaterra, e Cary, nos Estados Unidos. Essas cidades tornaram-se exemplo físico do urbanismo contemporâneo baseado nos conceitos de cidade-jardim¹⁹ de Ebenezer Howard e da cidade industrial de Tony Garnier (RIBEIRO, 2004).

O novo projeto reformulado por Godoy foi finalizado em 1937. A proposta original de Attilio com o Núcleo Central e o Setor Norte foi preservada, sofrendo apenas pequenas alterações, pois as obras se encontravam em andamento e seria tarde para alterá-la. Assim, manteve-se parte do projeto original, respeitando-se o trabalho do urbanista anterior.

Godoy redefiniu os bosques e parques, organizando-os como um anel verde no entorno da cidade, que funcionava como proteção para que a cidade não ultrapassasse o seu perímetro. Desse modo, os futuros assentamentos poderiam implantar-se como cidades-satélites, confirmando-se claramente a inspiração nos conceitos de cidades-jardins.

Os setores Leste, Oeste e Sul, anteriormente projetados por Attilio, sofreram alterações. No plano de Godoy, os setores leste e oeste, foram retirados, e o Setor Sul foi refeito, de caráter predominantemente residencial,

¹⁹Howard concebeu as cidades-jardins como núcleos urbanos que visavam à independência de outras cidades, buscando proporcionar aos homens mais liberdade em uma vida comunitária, diferentemente da cidade industrial, onde a harmonia não é possível. Segundo Efraim (2009), “a proposta de cidade-jardim de Ebenezer Howard não se referia a um modelo espacial: constituía um ‘esquema teórico de uma cidade autônoma’ com gestão comunitária, de dimensão limitada por uma faixa agrícola circundante, com uma grande taxa de área verde, bem diferente das cidades de até então.” Disponível em: <<http://ricardotrevisan.com/2009/09/10/o-conceito-cidade-jardim/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

idealizado com várias ruas em *cul de sac*, mais popularmente conhecidas como vielas (acesso de serviços), e a frente das residências voltada para um núcleo central. Foi introduzida uma nova praça central no setor, com o objetivo de configurar um segundo centro, seguindo o eixo proposto por Attilio, de onde partiriam novas quatro vias radiais. Essas seriam as principais vias de tráfego, permitindo acesso às vias internas e, conseqüentemente, às residências (MELLO, 1996).

Durante os anos 1930 e 1940, o plano inicial da cidade, que visava ao controle rigoroso pelo Estado, foi mantido. Trecho do relatório de Armando de Godoy explica:

Quanto ao financiamento das obras, evidenciou a valorização dos terrenos da zona da capital sugerindo a venda gradativa dos lotes para angariar recursos, destinados à construção dos principais edifícios. Considerou que a fidelidade ao plano da cidade era necessária, para a crescente valorização dos terrenos. Essa valorização também seria garantida pelo rápido aumento da população e pelo surto de numerosas indústrias. (IBGE, 1942, p. 33).

Segundo Hélio Rocha (2009), a década de 1950 ficou marcada pelo tríptico crescimento de Goiânia, que foi favorecido pela nova capacidade de abastecimento de energia pela recém-criada Centrais Elétricas de Goiás (CELG), pela evolução da telefonia, pela decisão do presidente Juscelino Kubitschek em transferir a capital federal para o Planalto Central, o que impulsionou as obras de integração rodoviária, entre outros motivos.

Ainda na década de 1950, o rápido movimento de urbanização ficou conhecido como “corrida em busca do novo Eldorado brasileiro”, expressão utilizada por Moysés, Silva, Borges e Ribeiro (2007). A expressão foi cunhada para designar o fluxo migratório que se dirigiu à região Centro-Oeste no período. O rápido movimento de urbanização e o *boom* imobiliário que se iniciou na capital em 1950 determinaram a perda do controle estatal sobre a expansão urbana da cidade, fragilizando o Estado em relação aos proprietários de terras, imobiliárias, incorporadoras e construtoras.

Nesse momento, a legislação carecia de uma reestruturação profunda, pois o Código de Obras até então vigente se tornou ineficaz e não existiam, ainda, o Código de Postura e a regulação do Uso do Solo. Para solucionar esse problema, o Estado demandou apoio do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/SP), que designou o arquiteto e urbanista Luís Saia, em 1960, para

desenvolver um novo Plano Diretor para a cidade e buscar soluções a fim de resolver os problemas estruturais, que extrapolavam os limites do núcleo inicialmente proposto (OLIVEIRA, 2015).

Esse período coincidiu com um processo de transição da gestão administrativa local da Secretaria Estadual de Viação e Obras Públicas (SEVOP), de responsabilidade do estado, para o município. Por isso e por outros problemas pontuais, o Plano Diretor não foi concluído (OLIVEIRA, 2015).

Segundo Ribeiro (2004), algumas ideias do arquiteto e urbanista Luís Saia foram aplicadas de forma fragmentada. Uma das ideias de Saia foi a liberação do gabarito na região central da cidade para acima de oito pavimentos, visando elevar os índices de aproveitamento da infraestrutura das áreas urbanas consolidadas. Esse fato comprometeu a escala urbana anteriormente estabelecida por Attilio Corrêa, pois a monumentalidade da Avenida Goiás, que era definida pela regularidade da altura das edificações, ficou prejudicada (OLIVEIRA, 2015).

No começo da década de 1960, a construção civil continuou sendo responsável pela geração de boa parte dos empregos, pois o crescimento da população de Goiânia ocorreu a um patamar proporcionalmente recorde se comparado ao crescimento do país, e o número de edificações construídas superou todas as estimativas (ROCHA, 2009).

Segundo Oliveira (2015), no início da década de 1960, matérias jornalísticas noticiaram, com euforia, as novas edificações em altura, principalmente destinadas às instituições bancárias, que foram construídas na Avenida Goiás. Por exemplo, no dia 2 de março de 1958, a *Folha de Goiaz* informou a conclusão das obras do edifício-sede do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, considerando-o como o maior da região e como um marco na história do Estado. Em 1964, o *Diário de Goiás* publicou a reportagem “Goiânia cresce para cima”, definindo a sede do Banco do Estado de Goiás como um dos edifícios mais marcantes e que mais embelezaram a capital, junto com o Banco Hipotecário Agrícola de Minas Gerais, o Banco Lar Brasileiro e o Banco Mercantil de Minas Gerais.

Além desses fatores, o surgimento de novos bairros e o crescimento

acelerado da cidade contribuíram para que aparecessem novas modalidades de moradias, quais sejam, os edifícios de apartamentos, que começaram a ser construídos no início da década de 1960. O edifício Kennedy, localizado na Rua 5, no Centro, “foi um dos primeiros prédios residenciais construídos na cidade, inaugurando o processo de verticalização que iria intensificar-se de forma acelerada nas décadas seguintes” (MELLO, 1996, p.173). Esse projeto foi concebido em 1962 por Silas Varizo e construído em 1963.

Segundo Medeiros (2010, p. 230), essa verticalização que foi liberada no centro da cidade, inclusive na Praça Cívica, alterou a ordem dos usos até então vigentes, em que “uma ‘cidade nova’ se impunha sobre a cidade arcaica”. Além disso, Mello (2006) observa a influência que a arquitetura moderna exerceu na ruptura com a configuração pioneira do núcleo de Goiânia.

A arquitetura moderna mudou a paisagem de Goiânia e passou a ser o principal referencial estético para as novas construções. [...] O processo de verticalização da nova capital, iniciado nos anos de 1960, intensificou-se nas décadas seguintes, delineando uma outra dimensão para a silhueta da massa de edifícios daquela que, conforme se afirmava constantemente, era a cidade que mais crescia no Brasil. (MELLO, 2006, p. 137).

No início da década de 1970, Goiânia apresentava-se com caráter predominantemente urbano. Na segunda metade dessa mesma década, as atividades industriais e comerciais cresceram e, conseqüentemente, houve uma melhoria no mercado de trabalho (ROCHA, 2009).

Em relação ao contexto nacional da década de 1980, Goiás não foi poupado de sofrer as conseqüências dos efeitos negativos que a economia do país estava enfrentando. A propaganda (figura 06) da incorporadora Encol, de 1987, reflete claramente o momento de incertezas e dificuldades econômicas que o país atravessava. No caso dessa propaganda, a Encol se apresenta como uma incorporadora sólida e consistente no mercado para que os consumidores pudessem, mesmo entre tantas incertezas, investir nos empreendimentos por eles construídos. Diferentemente do que foi apresentado na propaganda, a empresa não conseguiu manter-se diante da situação econômica do país e faliu. Segundo Rocha (2009, p. 139), em Goiânia não foi diferente:

Esses problemas da economia afetariam em Goiânia segmentos como o da construção civil em geral e da incorporação imobiliária, de modo especial, que diminuem temporariamente seu ritmo, depois de desempenho otimista nos anos anteriores. Mesmo assim, novos projetos de edifícios de apartamentos são lançados, e as unidades vendidas, principalmente nos setores Oeste, Marista e Aeroporto, no começo da década, e no Setor Bueno, que começava a se adensar, no final dela.

Figura 06 - Propaganda reflete o momento de incertezas que o país atravessava.

Você tem medo de fantasmas?

Não? Pois deveria ter. As cidades brasileiras estão cheias deles. Preste atenção ao que comumente se chama na construção de esqueletos. São obras que chegam até certo ponto e param, deixando atrás de si o pânico e o horror para inúmeras famílias que só queriam realizar o sublime sonho da casa própria. Evite isso, não permita que essa desgraça frustre a sua família. Quando você for comprar um apartamento, certifique-se quem o está vendendo tem condições de honrar alguns princípios básicos. Por exemplo:

- O prazo de entrega da obra tem que ser cumprido, sem falhas;
- O preço tem que ser firme e definido, não

havendo possibilidades de surpresas desagradáveis; — As garantias oferecidas no contrato devem ser encaradas com a máxima seriedade;

- A segurança de que a qualidade da obra é uma responsabilidade de quem constrói. Isso precisa ser assegurado antes, durante e após a entrega da obra.

Se você não quer correr o risco de amanhã ser uma pessoa que vive atormentada por um fantasma, procure a Encol. Uma empresa que lhe oferece tranquilidade acima de tudo.

encol

— Há 25 anos construindo com amor, qualidade, seriedade e segurança.
Av. República do Líbano, 1786 - Fone: 325-6644

— Brasília, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Foz de Iguaçu, Santos, Pará, Minas Gerais, Espírito Santo.

Fonte: O POPULAR, 10 jan. 1987

A partir de 1980 teve destaque o Setor Bueno, que se desenvolveu com a transformação da Avenida T-63 em eixo de serviços e comércio. Conforme pode ser aferido na figura 07, o bairro inicialmente era composto por casas modestas, que posteriormente foram demolidas para abrigar novos edifícios de apartamentos. As ruas eram estreitas e os lotes tinham, em sua maioria, dimensões de 15 x 30 metros, o que determinava que os edifícios ficassem muito próximos uns dos outros, razão pela qual as piscinas não

recebiam sol (OLIVEIRA; PEIXOTO, 2009).

Além disso, os apartamentos eram compostos de suítes, *closets*, salas e quartos com sacadas, que eram, em alguns casos, revestidas de pastilha ou granito, contendo ainda floreiras. A área de lazer dispunha de piscina, churrasqueira e salão de festas. A portaria era mobiliada e as unidades apresentavam um número maior de garagens que nos anos anteriores (OLIVEIRA; PEIXOTO, 2009).

Figura 07 - Reportagem sobre a verticalização no Setor Bueno.

Regulamentação e mecanismos



Fonte: O POPULAR, 24 out. 1995

Ainda na década de 1980, o primeiro *shopping Center* foi construído na região sudeste, no Jardim Goiás, bairro pouco desenvolvido na época. Porém, a construção do *shopping* valorizou a região e trouxe investimentos em obras públicas viárias e transporte coletivo, que facilitavam o fluxo para o centro da cidade. Além dos investimentos públicos, vários foram os investimentos da iniciativa privada que colaboraram, também, para a valorização da região, tais como hipermercados, hotéis, concessionárias de veículos, redes de *fast-food*, entre outros (OLIVEIRA; PEIXOTO, 2009).

A construção civil e a incorporação imobiliária sempre foram atividades que contribuíram para a dinâmica da economia goianiense. Porém, na década

de 1990, elas sofreram graves reduções, por conta da situação de instabilidade econômica do Brasil, o que foi agravado pelo Plano Collor e seus desdobramentos. No âmbito regional, a liquidação da Caixa Econômica Estadual (Caixego), patrimônio goiano, gerou um problema social de grandes proporções, pois muitos trabalhadores ficaram desempregados inesperadamente, tendo em vista que o banco possuía um grande número de agências e detinha ampla representatividade na economia da cidade (ROCHA, 2009).

O Plano Diretor de 1992 contribuiu para o adensamento residencial do Jardim Goiás e, posteriormente, dos bairros vizinhos. Nos primeiros anos, foram construídas casas e alguns edifícios nas proximidades do Setor Universitário, com programas simples e com apartamentos de dois quartos, destinados à classe média (OLIVEIRA; PEIXOTO, 2009). Segundo Rocha (2009), no final da década de 1990, com os resultados positivos do Plano Real, a economia goiana começou a experimentar um novo surto de crescimento acima da média, o que contribuiu para o lançamento de novos empreendimentos.

Segundo Bellorio (2013), o plano diretor de 2007 buscou adequar o zoneamento aos eixos viários. Esse modelo de ocupação priorizou os eixos de transporte classificando-os em Eixo de Desenvolvimento Preferencial e Eixo de Desenvolvimento Exclusivo, com o objetivo de contribuir para a concentração habitacional ao longo desses eixos e ocupar os vazios urbanos existentes na malha urbana. Ainda segundo a autora,

Os setores como Alto da Glória, Alto do Bueno, Vila São João, parte do Setor Bela Vista e parte do Jardim Goiás receberam um tratamento diferenciado, em função do grande processo intensificado de adensamento permitido pela legislação anterior, para os quais foram dirigidas ações de controle e redução do atual processo de densificação urbana. (BELLORIO, 2013, p. 159)

Foi só a partir da implantação do Parque Flamboyant, em 2007, que houve a alteração do gabarito dos terrenos na região, com a construção de edifícios com mais de vinte andares (OLIVEIRA; PEIXOTO, 2009). O processo de verticalização possibilitou a multiplicação do solo urbano, mediante a multiplicação do solo urbano, aumento do potencial de aproveitamento e revalorização do espaço, sendo essas estratégias utilizadas para o aumento

significativo das vendas. (BELLORIO, 2013)

Propagandas publicitárias luxuosas chamavam a atenção para o *status* de morar em frente ao Parque Flamboyant, assinalando a qualidade de vida proporcionada por apartamentos com itens de automação residencial, água aquecida a gás, sistema de aspiração central, além de salas e cozinhas integradas, com o surgimento da varanda *gourmet*, geralmente equipada com churrasqueira.

Rocha (2009, p. 141) afirma que, na primeira década do século XXI, Goiânia esteve entre as melhores cidades para se viver no país, conforme as publicações que se seguiram:

[...] a revista *Exame*, da editora Abril, que elegeu a capital de Goiás como uma das onze melhores cidades para se viver no Brasil; a *Você S.A.*, da mesma editora, coloca a capital na sétima posição entre as melhores cidades para se construir uma carreira profissional; e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), diz que a cidade é a segunda mais atraente para receber investimentos, entre as dez maiores capitais.

A valorização dos espaços coletivos nos edifícios verticalizados tende a proporcionar novas formas de interação social, fortalecendo vínculos entre os moradores e retomando as noções de vizinhança.

Em toda sua história, a economia goianiense teve forte relação com a construção civil e incorporação imobiliária, independentemente da situação econômica de todo o país. Os anos de 2006 e 2007 marcaram uma ótima fase de lançamentos de novos empreendimentos. Porém, nos últimos anos, o número de lançamentos diminuiu consideravelmente. A velocidade das vendas começou a cair a partir de 2012, principalmente por conta da crise na economia que o país começou a enfrentar e que se estende até a atualidade. Com a economia parada, a confiança dos consumidores diminuiu. Além disso, o governo restringiu o acesso ao crédito, o que agravou ainda mais a crise.

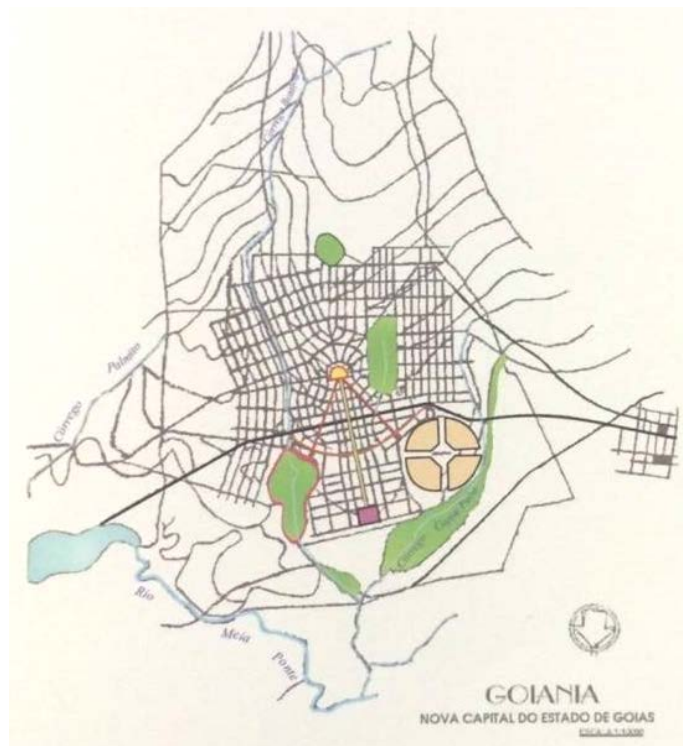
Segundo reportagem no *site da Folha de S. Paulo*, para tentar acelerar as vendas, as empresas vêm concedendo descontos que chegam a 15%, fato que ocorreu em todo o Brasil, e Goiânia não ficou de fora. Segundo Daniel Cobucci, analista do BB Investimentos, as “empresas estão fazendo de tudo para tentar ajustar os estoques, que ficaram muito altos. Estoque elevado gera custo e elas precisam cortar” (AGOSTINI, 2015).

2.2 Parques urbanos e a criação do imaginário urbano em Goiânia

Um dos pontos que chama a atenção no plano urbanístico de Attilio Corrêa é a visão ambientalista do urbanista. Attilio se preocupou com o coeficiente de áreas verdes em relação aos espaços usados para as edificações e projetou a Avenida Goiás como “uma artéria ajardinada, árvores, flores e jardins ocupando 45% do espaço. Preocupou-se em adaptar as ruas à topologia [...] e aproveitou a elevação do terreno para realçar o Centro Administrativo” (ROCHA, 2009, p.180-181).

No caso do Parque dos Buritis, atual Bosque dos Buritis, em vez de remover, Attilio acrescentou mais verde. A região do parque já era farta de buritis, mas foram plantadas novas mudas para adensar o verde no local, por onde fluía a água das nascentes próximas (ROCHA, 2009).

Figura 08 - Anteprojeto do Traçado Original de Goiânia, por Attilio Corrêa (1933) – Espaços Livres



Fonte: UNES; INSTITUTO... (2010, p.175)

Ao escolher a região onde a nova capital seria inserida, o urbanista Attilio foi muito coerente com seus conceitos, pois era uma região do cerrado com recursos naturais abundantes, biodiversidade rica, quantidade significativa de espécies de fauna e flora, marcada por rios e córregos de águas cristalinas

(ROCHA, 2009).

No caso dos parques urbanos, que funcionavam como os últimos refúgios da fauna silvestre, como local para a preservação das espécies nativas da flora e para a facilitação da convivência social, um quadro preocupante também acabou ocorrendo na cidade. Muitos parques previstos no projeto original de Attilio Correia Lima [sic] não foram implantados, e, aqueles que o foram, acabaram castigados pela falta de manutenção adequada. Até o final de 2004, a cidade possuía somente 6 parques implantados (Areião, Vaca Brava, Gentil Meireles, Lago das Rosas, Botafogo e Bosque dos Buritis). (ROCHA, 2009, p.182).

O Lago das Rosas e o Bosque dos Buritis, de importantíssima representatividade histórico-cultural, tiveram vários problemas de origem estrutural e passaram a não conseguir abrigar os recursos naturais e os visitantes, tornando-se alvos de vandalismo e depredação da fauna e flora (ROCHA, 2009).

2.2.1 Bosque dos Buritis

Situado no centro da cidade, na Alameda dos Buritis, Avenida Assis Chateaubriand com Rua 1, no Setor Oeste, o Bosque dos Buritis é o patrimônio paisagístico mais antigo da capital, estando presente desde o início da concepção do Plano Original de Goiânia, em 1933. A área original era de quarenta hectares, mas, atualmente, é de aproximadamente de 125.000 m². Estão inseridos no interior do bosque o Museu de Arte de Goiânia, o Centro Livre de Artes da Prefeitura e a Assembleia Legislativa, esta projetada por Eurico Calixto de Godói e Élder Rocha Lima, em 1962, como edifício moderno que buscava se integrar ao entorno.

Figura 09 - Bosque dos Buritis



Fonte: <http://papillonhotel.com.br/parques/bosque-dos-buritis/>. Acesso em: 9 nov. 2015

Segundo pesquisa realizada em 2005 pela Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA), dados históricos apontaram que o urbanista Attilio Corrêa Lima descreveu no Plano de Manejo do Bosque dos Buritis como ele deveria ser implantado, conforme trecho que segue:

O Buritizal, situado entre as ruas 72 e alameda dos Buritis, será transformado em pequeno parque. É necessário drená-lo convenientemente, conduzindo as águas pelo talweg, em canal descoberto, tirando partido dêste para os efeitos de cascata e um grande lago recreativo. (IBGE. 1942, p. 107).

No Decreto-Lei nº 90-A, de 30 de julho de 1938, consta que foram aprovados os setores Central, Sul, Norte, Oeste e Campinas como cidade-satélite. A área destinada ao Parque Ecológico ficou conhecida como Parque dos Buritis. Sua vocação era de espaço livre, não se permitindo alteração no seu uso de lazer e preservação (CAU-GO, 2013a).

Porém, o Plano de Manejo do Parque apontou que a área originalmente destinada começou a ser reduzida no final da década de 1930 e intensificou-se na década de 1940, quando as primeiras doações das extremidades foram feitas pelo governo do Estado aos colégios Atheneu Dom

Bosco e Externato São José (CAU-GO, 2013a).

Figuras 10 e 11 - Imagem aérea de Goiânia, década de 1940 (à esquerda), e Bosque dos Buritis na década de 1960 (à direita).



Fonte: SEPLAN

O bosque teve sua área reduzida em cerca de 70%, e o que restou corresponde à área atual do bosque. Essa diminuição ocorreu após a elaboração e implantação do Setor Oeste e posteriormente do Setor Marista, por meio da locação de vias e lotes com destinação habitacional coletiva e unifamiliar e de lotes comerciais, da construção do Fórum e do Tribunal de Justiça. “A redução da área do Bosque, com usos atualmente observados, com escolas particulares, prédios de apartamento, comércio e serviços, foi um flagrante de ilegalidade em detrimento do interesse coletivo” (CAU-GO, 2013a, p. 5).

Ao longo dos anos, o parque passou por várias depredações e interferências. Um viveiro particular perdurou por 22 anos no parque. A feira existente nas proximidades do Atheneu Dom Bosco e os sanitários públicos implantados para atendê-la causaram graves problemas de saneamento básico na área. Em 1979, houve a retirada de dezenas de árvores para implantação do Palácio Alfredo Nasser, Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, restando apenas cerca de 30% do ambiente natural original (CAU-GO, 2013a).

No governo de Nion Albernaz, na década de 1990, o Bosque dos Buritis passou por reformas que melhoraram a infraestrutura da área. Foram feitos caminhos de concreto, foi realizada a reforma da lanchonete atual, foram colocados meios-fios e alambrados no perímetro do parque, entre outros. Em

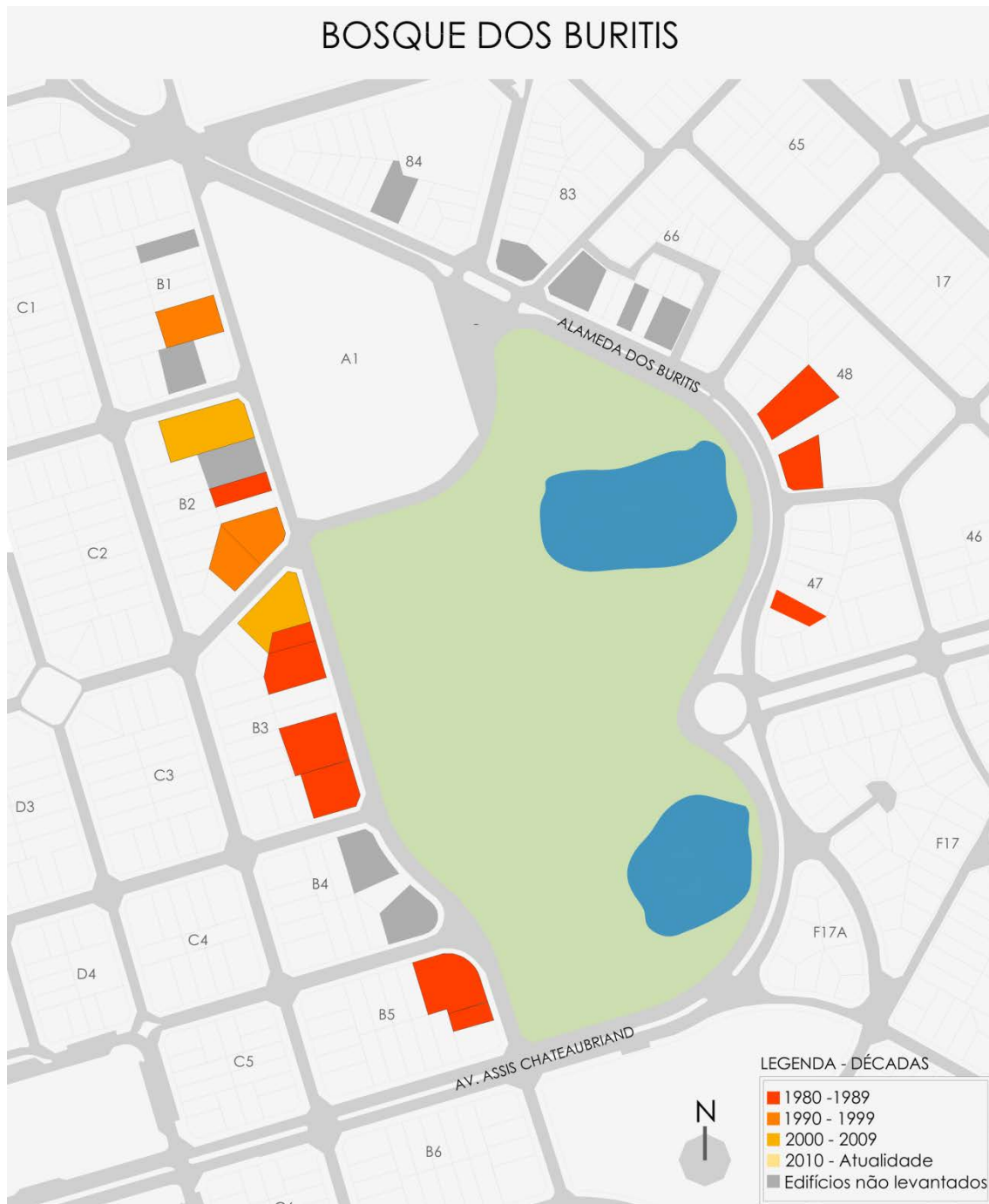
2000, o calçamento externo foi alargado para três metros e substituído por pista de Cooper (CAU-GO, 2013a).

Em 2007, iniciou-se a revitalização do Bosque dos Buritis. A proposta inicial era buscar a ocupação racional do uso do solo e maior permeabilidade. Também se projetaram a recomposição florística e paisagística, a captação da água das nascentes do Córrego Buritis, a renovação dos lagos e a reforma dos caminhos internos, da pista de caminhada, das trilhas e dos equipamentos de convivência e de serviços.

Durante a semana, o Bosque dos Buritis é frequentado majoritariamente por moradores locais, que passeiam e praticam exercícios no parque, e também por transeuntes que passam pelo bosque para chegar ao trabalho. Diariamente o parque recebe alunos do Centro Livre de Artes. Nos finais de semana, é frequentado, sobretudo, por famílias que passeiam e utilizam as dependências da área para fazer lanches e piqueniques, além de pessoas que moram em outras regiões da cidade, que utilizam o espaço para a prática de exercícios e lazer (CAU-GO, 2013a).

A ocupação no entorno do Bosque dos Buritis ocorre em diferentes segmentos, organizando-se da seguinte forma: próximo à Praça Cívica, as edificações são predominantemente comerciais; na região ao sul, foram construídos o Tribunal de Justiça, edificações comerciais e prestadoras de serviços (é um edifício de grande porte) (CAU-GO, 2013a). É possível constatar que a maior ocupação dos edifícios residenciais de apartamentos ocorreu na região oeste, conforme exposto na imagem a seguir (figura 12).

Figura 12- Mapa de ocupação, por décadas, dos edifícios de apartamentos no entorno imediato do Bosque dos Buritis.



Fonte: Autora, 2015.

2.2.2 Lago das Rosas

A região onde o Lago das Rosas está inserido começou a ser ocupada na segunda metade do século XIX pela Fazenda Crimeia. Segundo Paulo José, jornalista e mestre em Gestão do Patrimônio Cultural, os proprietários dessa fazenda doaram, em 1933, a área do Lago das Rosas e demais áreas,

totalizando mais de cinquenta alqueires, que foram incorporados ao novo território da capital (CAU-GO, 2013b).

O Lago das Rosas está localizado na região central da cidade, entre a Avenida Anhanguera e a Alameda das Rosas. Assinale-se que nesse parque está inserido o Zoológico de Goiânia. Trata-se de área localizada na bacia de recarga do lençol freático cortada pelo Córrego Capim Puba, cuja degradação pelos usos indevidos foi se acentuando ao longo dos anos (CAU-GO, 2013b).

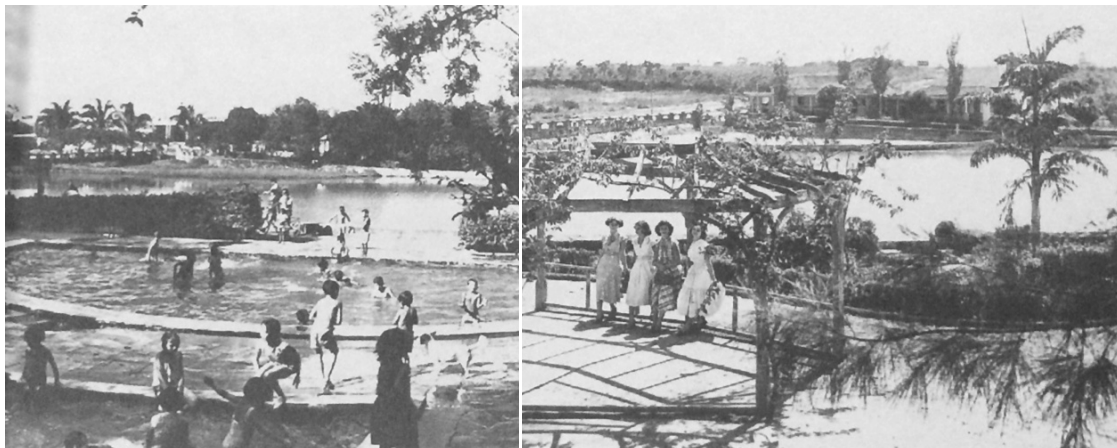
Figura 13 - Lago das Rosas



Fonte: Autora, 2014.

Em 1937, a implantação do Horto Florestal foi fruto da indicação dos diretores do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que observaram a considerável mata que havia no local. Em 1941, foi fundado o Balneário Lago da Rosas, visando a proporcionar lazer à população de Goiânia, que na época já era constituída por cerca de 40 mil habitantes. Além disso, foi um ato político que marcou a intersecção entre Campinas e a nova capital. Esse espaço tornou-se um clube popular, cujo balneário com o lago, cercado de roseiras, foi criado nos fundos de vale e junto às nascentes do córrego Capim Puba. Além disso, as matas do Horto Florestal eram utilizadas para programas familiares (CAU-GO, 2013b).

Figura 14 e 15 - Uso do Lago das Rosas nas primeiras décadas após a mudança da capital.

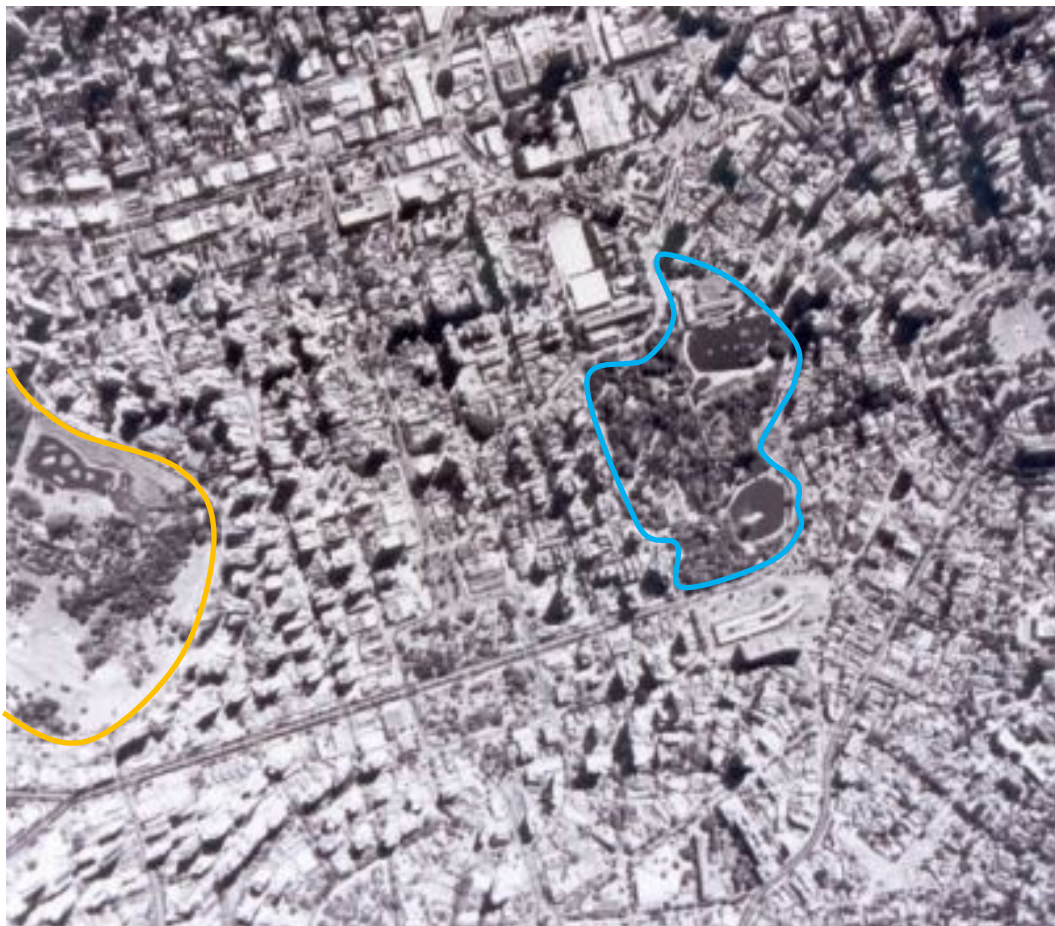


Fonte: SEPLAM, 2008.

Além do trampolim, localizado no lago, havia dois edifícios para uso dos visitantes: o Castelinho, que era utilizado pelos estudantes, e um outro, que misturava bar e boate, frequentado por boêmios. Em 1956, o horto foi convertido em Jardim Zoológico da cidade e, no fim da década de 1960, o banho e a recreação no lago passaram a ser proibidos, em decorrência de uma série de afogamentos. A murada do Lago das Rosas e seu trampolim foram inspirados no estilo *art déco*. A murada foi restaurada na administração do prefeito Hélio Mauro Umbelino Lobo, no final da década de 1970 (CAU-GO, 2013b).

Segundo relatório realizado pelo CAU-GO (2013b), a crescente concentração de renda que ocorreu ao longo das décadas de 1970 e 1980 refletiu também no entorno do Lago das Rosas. Com a expansão da cidade, o entorno do parque passou a ser ocupado por condomínios de luxo, que tomaram a área verde e o lago como um produto imobiliário, e o vendiam “como ‘uma natureza ao alcance do olhar’”. Neste período foram construídos vários edifícios no entorno do parque, transformando a região em uma das áreas residenciais de maior valor imobiliário da cidade” (CAU-GO, 2013b, p. 4).

Figura 16 - Imagem aérea indicando a verticalização no entorno do Bosque dos Buritis (contorno azul à direita) e Lago das Rosas (contorno amarelo à esquerda) na década de 1990.



Fonte: SEPLAM. Adaptado pela autora, 2015.

Mesmo com a construção de novos parques em Goiânia, o Lago das Rosas continua sendo um importante equipamento público urbano. A ausência de portarias no parque é um fator que contribui para o fácil acesso de famílias e casais, geralmente de classes menos favorecidas (CAU-GO, 2013b).

O Zoológico passou a cobrar ingresso dos visitantes, com o intuito de ajudar na manutenção da instituição. Foi reformado recentemente, visando a melhorar os espaços destinados aos animais, que se encontravam em precárias condições de vida. Além disso, buscaram-se a recuperação e preservação ambiental desta Unidade de Conservação e a retomada ao uso comum da população de uma região que estava degradada (CAU-GO, 2013b).

No ano de 2007 iniciou-se uma nova reforma. Segundo Ronaldo Vieira, na época diretor de Áreas Verdes e Unidades de Conservação da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA), “era para ser uma pequena reforma, mas

a necessidade acabou sendo maior. E fazer uma boa reforma em termos de trabalho e tempo é pior do que construir três parques novos”. Ele ainda atribuiu a demora à localização e importância histórica do parque, por conter elementos do patrimônio *art déco*, mureta e trampolim (O POPULAR, 13 ago. 2009). O trecho da reportagem abaixo (figura 17) demonstra a importância da revitalização, tanto em virtude da urgente necessidade de reparos físicos na área do parque quanto por ser um espaço de memória e cultura para os cidadãos goianienses. A obra somente foi finalizada em 2010, após vários adiamentos.

Figura 17 - Material de divulgação da requalificação do Lago das Rosas.



Fonte: SEPLAM, 2008.

O Zoológico é frequentado por um público formado principalmente por famílias, grupos de jovens e excursões escolares promovidas pelas escolas públicas e privadas. Após a reforma, com a instalação da área de ginástica, a população da terceira idade residente no entorno passou a frequentá-lo no início da manhã e fim da tarde (CAU-GO, 2013b).

O traçado original de Goiânia priorizou o Lago das Rosas como um espaço livre. Porém, sua paisagem sofreu mudanças consideráveis no decorrer dos anos, principalmente em virtude da verticalização das áreas do entorno. A imagem a seguir (figura 18), obtida por meio da visita *in loco* e de dados anteriormente levantados, confirma a afirmação do relatório do CAU-GO (2013b) de que a ocupação predominante na área de topografia mais elevada e

mais próxima à nascente foi dos edifícios verticais de apartamentos, e de que nas proximidades da Avenida Anhanguera concentram-se os usos comerciais, os prestadores de serviços e as residências com tipologias horizontais.

Figura 18 - Mapa de ocupação, por décadas, dos edifícios de apartamentos no entorno imediato do Lago das Rosas.



Fonte: Autora, 2015

O elevado número de empreendimentos no entorno de parques urbanos é resultado de um processo de verticalização acelerada que tem

ocorrido na cidade de Goiânia, aliado à ideia de consumo do lugar, qualidade de vida e consciência ecológica. Esse fenômeno ocorre em áreas cujas imediações valorizam-se cada vez mais com o surgimento de novos empreendimentos, geralmente destinados a um público de renda elevada, que pode pagar pela localização privilegiada.

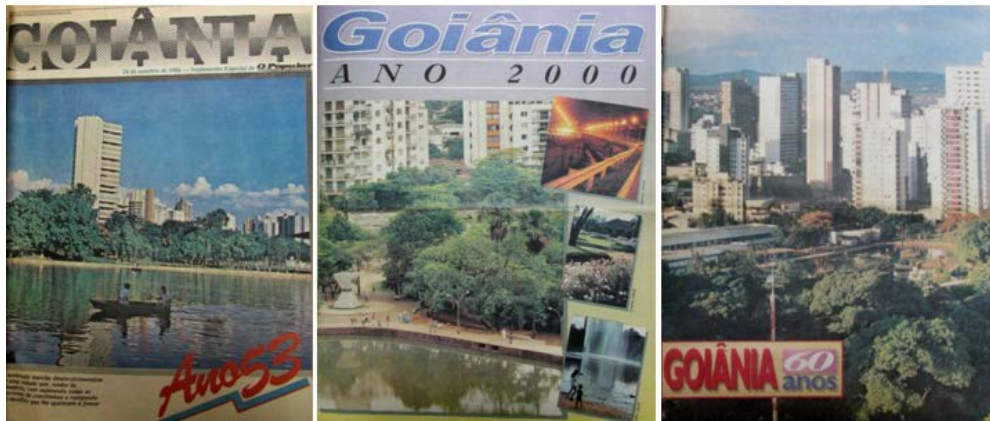
2.3O imaginário urbano dos parques em Goiânia

Em Goiânia, a paisagem urbana é caracterizada por notáveis áreas verdes, como praças, bosques e parques, presentes em toda a cidade. No ano de 2007, a cidade recebeu o prêmio de capital brasileira com melhor qualidade de vida da Organização Brasil Américas. No *site* da Prefeitura de Goiânia (2009) lemos o que segue:

A capital goiana apresenta um histórico que faz compreender o motivo de tal título. Goiânia praticamente não apresenta favelas, a área urbanística melhorou significativamente e o projeto Macambira Anicuns contribuirá ainda mais para a qualidade de vida da população. Além disso, Goiânia é considerada a melhor capital brasileira e a segunda do mundo em área verde, sendo 94 metros quadrados de área verde por habitante, segundo informações fornecidas por outras cidades brasileiras em relação ao índice de área verde por habitante e através de estudo realizado pela Agência Municipal do Meio Ambiente.

Para atrair capitais e promover a imagem da cidade, o poder público, aliado à imprensa local e a empreendedores do ramo imobiliário, utiliza a paisagem dos espaços verdes como símbolo para representar a cidade, divulgada por meio de cartões-postais e materiais publicitários diversos. Nesse caso, a natureza tornou-se uma possibilidade fértil para o imaginário urbano, naturalizado pela sociedade goianiense no decorrer dos anos.

Figura 19, 20 e 21 - Parques urbanos de Goiânia, Lago das Rosas (à esquerda) e Bosque dos Buritis (centro e à direita), como símbolos da cidade na capa dos suplementos especiais comemorativos do aniversário de Goiânia.



Fonte: O POPULAR, 24 out. 1986 (à esquerda), 24 out. 1992 (centro) e 24 out. 1993 (à direita).

Goiânia passou a ser conhecida, desde então, como “cidade dos parques”, “capital verde”, “capital com melhor qualidade de vida do Brasil”. Tais denominações reforçaram uma identidade associada ao ambiente natural intensamente veiculada pela mídia local. Além disso, elas são tomadas como signos que constroem significados urbanos e que qualificam a cidade por meio da imagem e do imaginário. “Embora autores de significados distintos, a imagem e o imaginário especificam os lugares, qualificando-os e, a partir da distinção entre eles, é possível pensar numa tipologia dos lugares da cidade” (FERRARA, 2002, p.16-17).

Figura 22 - Material de divulgação da requalificação do Lago das Rosas.



Fonte: O POPULAR, 24 out. 1990

Figura 23 - Divulgação de pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas. Goiânia é a segunda melhor capital do Brasil em qualidade de vida.



Fonte: O POPULAR, 30 mar. 2006

Durand afirma que as questões referentes ao imaginário são complexas, razão por que propõe a discussão do tema por várias disciplinas. “Mais do que nunca, reafirmamos que todos os problemas relativos à significação, portanto ao símbolo e ao Imaginário, não podem ser tratados – sem falsificação – por apenas uma das ciências humanas” (apud MELLO, 2006, p. 26).

Ao se tratar de imaginário urbano, é necessária uma concretude do corpo significante, pois é por meio dos elementos fisicamente constituídos que a cidade transmite uma mensagem, principalmente por meio da arquitetura e do traçado. Essa concretude é abordada por vários autores (MELLO, 2006). No caso deste trabalho, nossa abordagem é semiológica, tomando como base os estudos de Lucrécia d’Aléssio Ferrara, e fenomenológica, a partir das pesquisas de Juhani Pallasmaa. Sabe-se que se trata de abordagens que seguem diferentes pontos de vista sobre o imaginário.

Ferrara (1997, p.193) afirma que é “indiscutível que a cidade se faz representar através das suas imagens e é através delas que se dá a conhecer concretamente; as imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadores do seu conhecimento”.

Segundo a autora citada, por meio do imaginário, o conhecimento é produzido pela multiplicação do significado e por um processo associativo, pois um significado pode levar a outros. “Pelo imaginário, a imagem urbana – locais, monumentos, emblemas, espaços públicos ou privados – passa a significar mais pela incorporação de significados extras e autônomos em relação à imagem básica que lhe deu origem” (FERRARA, 1997, p.194).

Ainda para a autora, a imagem e o imaginário da cidade permitem o estudo por meio da comparação e interpretação.

[Essas] operações de comparar e distinguir, aliadas a sua interpretação, transformam o estudo da imagem e do imaginário urbanos num fértil campo de pesquisa semiótica. Enquanto dado ou processo, imagem e imaginário sugerem uma distinção que se apoia nas sintaxes das suas respectivas manifestações e que possibilitam a leitura que os discrimina. (FERRARA, 1997, p.194).

O poder público e os incorporadores utilizam-se da publicidade para transmitir a ideia de cidade bem administrada, propícia para novos investimentos, com qualidade de vida e belezas naturais que são cada vez

menos presentes nas grandes metrópoles. Nesse sentido, a natureza passa a ser mercadoria e exerce um papel simbólico que representa qualidade de vida e bem-estar.

O imaginário estabelecido sobre uma cidade não a reproduz. Mas se for estimulado pelos fragmentos/índices, pode produzir discursos que interagem com a cidade. O “usuário é emissor e receptor ao mesmo tempo e, apenas com o registro da memória, esses discursos se transformam em arquétipos culturais. Assim sendo, o imaginário dialoga, em última instância, com a história urbana” (FERRARA, 1997, p.188).

Figura 24 - Reportagem no suplemento especial do aniversário de Goiânia.



Fonte: O POPULAR, 24 out. 1989

Segundo Henrique (2009), a natureza é tida como objeto, podendo ser capitalizada e mercantilizada. Possui consumidores e clientes, pessoas transitam, passam e viajam por ela, compram-na e a consomem, tanto no sentido literal quanto metafórico, como símbolo, imagem, ícone de poder ou *status*. A imagem acima (figura 24) ilustra essa afirmação, uma vez que o título da reportagem, “Verde inspira um modo de ocupação do espaço urbano”, reforça a ideia da possibilidade de morar nesses espaços próximos às áreas

verdes e de ter contato com a natureza.

A demanda pela proteção da natureza, bem como a busca pela proximidade com a natureza nas cidades, tornou-se onipresente em todos os planos de governos, planos diretores e outros instrumentos de planejamento. A sua concretização ocorre através de reservas, florestas nacionais, praças, jardins e parques públicos. É praticamente impossível encontrar uma pessoa ou grupo que se posicione contrariamente a construção de uma praça ou com a manutenção de uma grande área verde em um espaço altamente adensado de uma cidade. (HENRIQUE, 2009, p. 20).

A cidade é produtora de imagens que a representam, caracterizam e produzem signos que atuam como mediadoras do seu conhecimento. A imagem é a concretização de uma informação relacionada a um significado, que é construído graças a uma série de dados que a tornam singular e intransferível. Portanto, ela possui apenas um significado. É também um código urbano que está inserido no espaço construído da cidade e determina uma interpretação e uso (FERRARA, 2000).

De outro modo, o imaginário é produzido pela necessidade que o homem tem de se relacionar e estabelecer ligações com as informações que absorve no seu entorno, produzindo e aumentando seu conhecimento por meio da atribuição de significados a outros significados existentes. O processo de multiplicar os significados que ele produz inconscientemente não torna essas associações únicas, mas as acumula. Logo, o significado da origem dá lugar a um segundo, terceiro e assim sucessivamente. Segundo Ferrara (2000, p.118), o “imaginário, a imagem urbana de locais, monumentos, emblemas, espaços públicos ou privados passa a significar mais pela incorporação de significados extras e autônomos do que em relação à imagem básica que lhe deu origem”.

A imagem não é resultado do imaginário, mas imagem e imaginário são construídos reciprocamente, um é a própria existência do outro. Sentir, entender e imaginar, são manifestações claras e indispensáveis para compreender o mundo, são reações conaturais, e uma não sobressai em relação à outra. Não há predomínio, precedência ou sucessão entre elas. Por conseguinte, o significado resultante da unidade imagem/imaginário corresponde à percepção real da experiência urbana em decorrência do uso do espaço construído e de seus lugares (FERRARA, 2000).

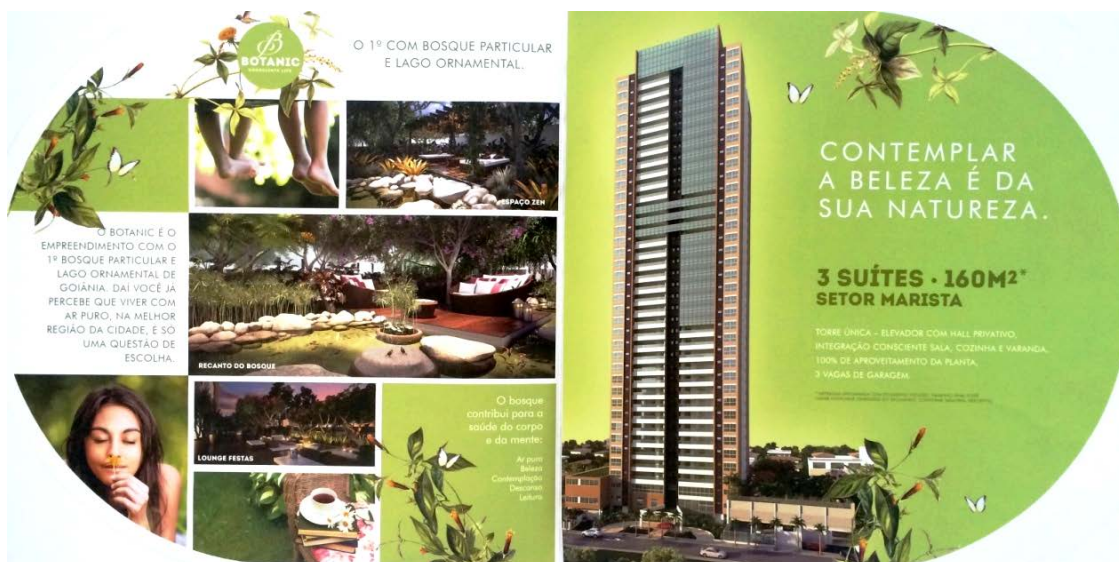
A imagem é resultante de uma referência contextualizada. De sua parte

o imaginário relaciona e produz novas imagens e novos significados a partir de uma imagem inicial concreta (FERRARA, 2000).

Contrariamente à imagem, os dados que compõem o imaginário urbano são particulares ao indivíduo como resultado de suas experiências, sentimentos, memória e informações urbanas captadas ao longo de sua vida. O imaginário é instável, contínuo, variável e indeterminado, por isso não se constrói fisicamente, mas pode ser indiretamente sugerido (FERRARA, 2000).

As imagens da edificação, geralmente apresentadas nos pôsteres e materiais publicitários, como exemplificada na figura 25, aparecem desvinculadas do contexto da paisagem, cultura e realidade social, e são avaliadas como objetos estéticos longe da visão de mundo ou imagem da vida e dos valores que transmitem. Portanto, não podem ser consideradas como representações reais de sua aplicação na cidade. É imprescindível que a representação dos edifícios seja a mais contextualizada possível, pois as obras arquitetônicas guiam e organizam as percepções e pensamentos na cidade.

Figura 25 - Material publicitário que possui forte apelo à relação com a natureza e que faz uma representação do edifício descontextualizada de seu entorno.



Fonte: CONSCIENTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA, 2013.

Ainda segundo Ferrara (2000), o espaço urbano é capaz de produzir diversas sensações no indivíduo, tais como afeto, alegrias, tristezas, luxo e pobreza, e também de produzir estímulos visuais, olfativos, de volume e

rugosidades. A cidade não é composta pela soma dos lugares, mas pela relação que eles estabelecem entre si e pela forma como são interpretados. A percepção do lugar é um ato visual, subjetivo, um ponto de vista particular e de interpretação imprevisível, mas se fortalece com a forma e densidade da cidade que serve como cenário e contexto.

A percepção do lugar não depende da forma da cidade, mas do olhar do leitor capaz de superar o hábito e perceber as diferenças: um olhar que se debruça sobre a cidade para perceber suas dimensões e sentidos, que estabelecem o lugar como fronteira entre a cidade pelo lugar, porque se a visualidade da cidade está nas formas que a constroem, a visibilidade está na possibilidade do sujeito debruçar-se sobre a cidade, seu objeto de conhecimento para, ao produzi-lo cognitivamente, produzir-se e perceber-se como leitor e cidadão. Um cruzamento entre conhecimentos; enxergar para ver/ver-se: viver. (FERRARA, 2002, p.128-129).

A imagem urbana é um dado perceptivo, e o imaginário desenvolve um processo de apreensão mais complexo, como percepção e recepção. Na percepção, a imagem é um reconhecimento e um modo de ver, e o imaginário requer juízo perceptivo. Como recepção, a imagem é uma fruição, e o imaginário necessita de participação e comparação entre experiências, o que possibilita desenvolver a informação estimulada pela vivência urbana (FERRARA, 2000).

Segundo Lynch (2011), os usuários que usufruem do espaço urbano estabelecem elementos que favorecem sua identificação com o local, criam relações e procuram se encaixar em grupos com características semelhantes.

As imagens ambientais são resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente. Este último sugere especificidades e relações, e o observador – com grande capacidade de adaptação e à luz de seus próprios objetivos – seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê. A imagem em si é testada, num processo constante de interação, contra a informação perceptiva filtrada. Desse modo, a imagem de uma determinada realidade pode variar significativamente entre observadores diferentes [...] Cada indivíduo cria e assume sua própria imagem, mas parece existir um consenso substancial entre membros do mesmo grupo. Essas imagens de grupo, consensuais a um número significativo de observadores, é que interessam aos planejadores urbanos dedicados à criação de um ambiente que venha a ser usado por muitas pessoas. (LYNCH, 2011, p. 7, 8).

Para Lynch (1999, p.3) a legibilidade é essencial para o cenário urbano. O trabalho da qualificação da paisagem urbana é importante, pois um cenário vivo e integrado pode produzir uma imagem bem definida com grande

importância para o imaginário coletivo positivo. “A imagem bem definida” é o que gera uma boa “legibilidade” – qualidade essencial para uma imagem do ambiente satisfatória. Assim, “uma cidade legível seria aquela cujos bairros, marcos ou vias fossem facilmente reconhecíveis e agrupados num modelo geral”.

O autor conceituou e qualificou a imagem do ambiente como imaginabilidade. Trata-se da característica de um objeto físico capaz de atrair uma imagem forte em qualquer observador. Além disso, a imaginabilidade melhora os aspectos sensoriais entre o observador e o ambiente e, conseqüentemente, os leva a uma integração maior com o seu meio circundante.

Segundo Mello (2006, p.144), “Goiânia, pela ideologia que marcou seu crescimento nos últimos anos, se tornou uma cidade de difícil ‘imaginabilidade’”. Ainda segundo a autora, a paisagem de Goiânia é carente de elementos marcantes que geram “imagens profundas”,²⁰ como um curso d’água significativo, uma topografia acidentada ou uma vegetação exuberante, afirmação que é confirmada por Barthes:

[...] explorar as imagens profundas dos elementos urbanos. Por exemplo, numerosas pesquisas ressaltam a função imaginária do curso que, em toda cidade, é vivido como um rio, um canal, uma água, e sabemos muito bem que as cidades que oferecem maior resistência à significação, e que além do mais muitas vezes apresentam dificuldades de adaptação para os seus habitantes, são justamente as cidades privadas de água, as cidades sem beira-mar, sem espelho d’água, sem lago, sem rio, sem curso d’água; todas essas cidades apresentam dificuldades de vida, de legibilidade. (2001, p. 230).

Goiânia não possui elementos suficientes em sua paisagem que possam estabelecer “imagens profundas”. O espaço que mais se aproxima desse entendimento, segundo Mello (2006), é o Bosque dos Buritis, um parque concebido desde o início dos estudos de Attilio Corrêa Lima para a construção da nova capital, em 1933.

O fato de o Bosque dos Buritis ter sido eleito, em 1999, o símbolo da cidade por concurso custeado pelo Banco Itaú, é altamente significativo. É uma prova da carência da população goianiense de “estruturas profundas”. Isso o revela como o objeto do desejo da maioria, ícone que representa a cidade de forma mais positiva. (MELLO, 2006, p.144).

²⁰Estrutura ou imagens profundas, termo definido por Barthes.

Existe uma memória que valoriza os lugares memoráveis, dignos de celebração histórica, e outra que transforma o lugar na institucionalização do acontecimento e de fatos marcantes que tomaram o lugar como cenário e, assim, o fizeram notável. Existe também a memória criadora do lugar, em que a referência do fato real não é considerada, pois a lembrança do lugar resulta naquela apropriação e é responsável pela identidade do pertencer. Ela recolhe as marcas e signos do passado que fazem sentido no presente e as recupera em palavras, imagens, visões, gestos, nomes e índices (FERRARA, 2002).

Nesse sentido, a propaganda a seguir (figura 26) apresenta, para os cidadãos goianienses, símbolos que reforçam a ideia de patrimônio, memória e cultura ligados ao parque Lago das Rosas. E buscaram também, através do convite para visita ao canteiro de obras, incentivar a preservação e valorização desse espaço de memória e cultura tão importante para a cidade.

Figura 26 - Material de divulgação da requalificação do Lago das Rosas.



Fonte: SEPLAM, 2008.

Baseado no pensamento de Aloïs Riegl,²¹ em 1903, sobre preservação do patrimônio, o Bosque dos Buritis pode ser considerado um monumento não intencional,²² uma vez que o público pode vivenciar e usufruir dos seus múltiplos espaços. Como monumento não intencional, não imposto, foi surpreendentemente eleito pelos cidadãos, em um concurso promovido pelo Itaú, como reflexo de uma aproximação aos anseios da população que de alguma forma estabeleceu laços com este local (MELLO, 2006).

Goiânia é conhecida como “cidade dos parques”, “capital verde”, “capital com melhor qualidade de vida do Brasil”. Tais denominações são signos e reforçaram uma identidade associada ao ambiente natural e também à ideia de natureza selvagem, que ainda está presente no imaginário da sociedade goianiense (SILVA; ALMEIDA, 2012).

Pode-se dizer que os parques urbanos são repletos de signos e representações que, estimulados pelos meios de comunicação, que trabalham com o inconsciente e o imaginário da sociedade. Lynch (2011, p. 9) assim afirma:

Uma imagem ambiental pode ser decomposta em três componentes: identidade, estrutura e significado. É conveniente abstrai-los para a análise desde que não se perca de vista que sempre aparecem juntos. Uma imagem viável requer, primeiro, a identificação de um objeto, o que implica sua diferenciação de outras coisas, seu reconhecimento enquanto entidade separável. A isso se dá o nome de identidade, não no sentido de igualdade com alguma outra coisa, mas com o significado de individualidade ou unicidade. Em segundo lugar, a imagem deve incluir a relação espacial ou paradigmática do objeto com o observador e os outros objetos. Por último, esse objeto deve ter algum significado para o observador, seja ele prático ou emocional. O significado também é uma relação espacial ou paradigmática.

Recentemente em Goiânia foi veiculado, nas mídias digitais e impressas, um novo empreendimento chamado Europark, localizado no futuro Parque do Cerrado, no bairro Lozandes. O vídeo, chamado de “Um parque muda tudo”, apresentado pela incorporadora Euroamérica, fez um panorama geral da ocupação dos empreendimentos no entorno dos parques desde as primeiras décadas da criação de Goiânia. Apresentou, também, a valorização

²¹ RIEGL, Aloïs. *Le Cult moderne des monuments: son essence et sa gènesse*. Paris: Seuil, 1984.

²² Conceito cunhado por Aloïs Riegl, em 1903, sobre preservação do patrimônio, definido em sua teoria sobre monumentos intencionais e não intencionais.

desses espaços ao longo dos anos e chamou a atenção para a sofisticação de morar em frente às paisagens “de cartão-postal” e para a presença de grandes equipamentos urbanos nas proximidades. Na figura 27, é possível notar a presença de signos que remetem à relação que os usuários – neste caso representados pela jovem que pratica exercícios – estabelecem com os recursos naturais, e que traz significados de felicidade, saúde, contato com a natureza e exclusividade. Os recursos como o nome em língua estrangeira, “Euro Park”, e o material de divulgação em tons de verde trazem referências claras à intenção de se reforçar ainda mais esse contato com a natureza.

Na transcrição que segue de parte do vídeo²³ é possível notar que a propaganda possui uma série de signos que reforçam a qualidade de vida de quem mora em frente ao parque.

Um parque muda a rotina, o estilo de vida, muda o dia e os sorrisos também. Um parque muda tudo. O Bosque dos Buritis mudou o centro de Goiânia. Órgãos importantes foram construídos ao redor dele e o parque fez com que o metro quadrado tivesse altíssima valorização. O Lago das Rosas mudou o setor Oeste, atraindo empreendimentos de alto padrão que crescem em sofisticação acompanhando o parque [...] (INCORPORADORA... 2014).²⁴

Figura 27 - Material publicitário vinculado na internet, relativo ao empreendimento Euro Park, com forte apelo comercial.



Fonte: INCORPORADORA EUROAMÉRICA (2014).²⁵

²³ A íntegra do vídeo pode ser facilmente encontrada na página do Youtube – “Um parque muda tudo”.

²⁴ INCORPORADORA EUROAMÉRICA. *Conceito Euro Park*. Goiânia, 2014. Disponível em: <<http://www.europarkgo.com.br/2015/02/conceito.html>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

²⁵ INCORPORADORA EUROAMÉRICA. *Conceito Euro Park*. Goiânia, 2014. Disponível em: <<http://www.europarkgo.com.br/2015/02/conceito.html>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

Com características distintas, o espaço é objeto de investigação de várias áreas do conhecimento. A função da arquitetura é de resolver o espaço como ambiente construído e funcional. A complexidade das possíveis interpretações do espaço sugere que esse seja um tópico interdisciplinar de investigação, sobre o qual não se pode pensar sem considerar a experiência humana cotidiana, no tempo e espaço (FERRARA, 2002).

Nesse contexto é preciso ressaltar o papel da arquitetura como um componente do imaginário urbano, que tem suas especificidades.

Da habitação à cidade, a arquitetura como experiência impõe, à sua manifestação artística, a ambigüidade de uma representação que, por meio de formas e materiais, é funcionalmente reconhecida. Um signo icônico/utilitário no qual forma e função compõem um binômio de forças, às vezes antagônicos, com o qual o homem aprende a transformar seu comportamento a fim de encontrar, no espaço construído, as melhores alternativas para a vida cotidiana. Ao mesmo tempo arte e experiência, a arquitetura assinala, para a humanidade, as marcas culturais das transformações históricas. Marca artística no espaço e mudança de vida no fluxo do tempo. (FERRARA, 2000, p.157).

Rossi (2011, p. 163) afirma que existe uma relação direta entre a arquitetura e as construções que são inseridas na cidade. “A arquitetura pressupõe a cidade, mas pode se constituir no interior de uma cidade ideal, de relações perfeitas e harmoniosas, onde ela desenvolve e constrói seus termos de referência”.

Por meio da abordagem fenomenológica, Juhani Pallasmaa (2011) afirma que as edificações e cidades contribuem para o entendimento e questionamento da condição existencial humana. A arquitetura não só produz objetos de sedução visual, como também relaciona, media, sugere significados. O significado de uma edificação ultrapassa o âmbito da arquitetura, ele redireciona a consciência para o mundo e estabelece laços identitários (PALLASMAA, 2011).

A arquitetura é a principal referência e orientação do homem no mundo. Ela relaciona as medidas humanas com as dimensões do espaço, tornando-o tolerável, habitável e compreensível. A casa define em cada indivíduo um significado particular e definitivo da interioridade e exterioridade, familiaridade e estranheza. Para o mesmo autor, o contato com um espaço provoca trocas inconscientes e instantâneas; “entro e ocupo o espaço,

enquanto o espaço entra e me ocupa” (PALLASMAA, 2013, p. 42).

O encontro corporal com uma edificação, espaço ou luz na arquitetura equivale a uma experiência humana. A arquitetura produz imagens convidativas e instigantes: “[...] o piso é um convite para que fiquemos eretos, tenhamos estabilidade e possamos agir, a porta nos convida a entrar e passar por ela, a janela, a olhar para fora e observar, a escada, a subir e descer” (PALLASMAA, 2013, p.123-124).

A casa é o refúgio do corpo, memória e identidade. A edificação é sentida, contemplada, tocada, ouvida, medida. As sensações por ela produzidas a tornam única, organizada e articulada em todo do centro do corpo do indivíduo. Vivenciar verdadeiramente a arquitetura significa experimentar a linguagem tectônica da edificação e construí-la para os sentidos (PALLASMAA, 2011).

Por conseguinte, para Pallasmaa (2013), a edificação se relaciona o tempo todo com o corpo humano, é encontrada, acessada, confrontada, adentrada, explorada, percorrida e utilizada com finalidades diversas. Também direciona, confere escala, ações, relações, percepções, pensamentos e articula as relações interpessoais.

As experiências autênticas com a arquitetura consistem, por exemplo, em se aproximar do volume de uma edificação e sentir sua presença física, em vez da apreensão formal da fachada; o ato de entrar ou cruzar o limite entre duas esferas espaciais, não a apreciação da imagem visual da porta; olhar para fora da janela e se reconectar com o mundo externo, em vez de apenas com a janela como uma unidade de projeto visual. A qualidade de uma janela está na maneira pela qual ela elabora e expressa suas características típicas de janela, como ela faz a mediação entre exterior e interior, emoldura a vista e lhe confere escala, articula luz e privacidade, anima o cômodo e lhe dá escala, ritmo e ambiência especiais [...]. A arquitetura transforma um espaço em um espaço específico. Ela direciona nossa atenção para longe dela própria; a janela revela a beleza do pátio e da árvore lá fora ou foca a silhueta distante de uma montanha. (PALLASMAA, 2013, p.124).

A casa pode ser uma metáfora do corpo humano. As janelas podem ser consideradas os “frágeis olhos da casa”, que nota os acontecimentos no exterior, domesticam, selecionam e preveem a paisagem. As aberturas de uma casa emolduram, direcionam e focam paisagens que adquirem identidade e significados específicos. A seguir, a figura 28 exemplifica essa afirmação: “A casa proporciona proteção para o sonhador, mas somente as janelas lhe

permitem sonhar com liberdade. [...] A imaginação humana deseja o céu e a linha do horizonte” (PALLASMAA, 2013, p.131).

Figura 28 - Enquadramento da paisagem urbana de Goiânia.



Fonte: Autora, 2014.

Para Rossi (2011), a arquitetura transforma-se em momento decisivo da história, tornando-se signo e acontecimento para poder constituir uma nova época. Nesse sentido, a evolução da paisagem marca várias formas do imaginário dos usuários. As propagandas publicitárias são figurativas e carregadas de signos que determinam as imagens da paisagem, dos usuários e da cultura.

Segundo Henrique (2009), houve um aumento significativo de empreendimentos imobiliários que utilizam a “propaganda verde” na divulgação de seus empreendimentos. Nomes como jardim, parque, vila, reserva, bosque

e, em outros idiomas, *park, jardin, garden, villagio*, entre outras denominações, passaram a ser utilizados intencionalmente com maior frequência para se referirem à ideologia do contato com a natureza.

Figura 29 - Material de divulgação com forte apelo à “propaganda verde” e ao *status* de morar em frente ao parque.

PRÉ-LANÇAMENTO . CONDIÇÕES INCRÍVEIS . PRÉ-LANÇAMENTO . CONDIÇÕES INCRÍVEIS . PRÉ-LANÇAMENTO

PREMIER DU PARC

TCI INPAR

Último lançamento diferenciado com todas as unidades de frente para o nascente e para seu estilo PREMIER de ser

Prêmio para você:
Projeto contemporâneo com fachada encantadora e átrio monumental

Convivência Premier
Lazer completo estilo TCI InPar

- Terraço Parque
- Paisagismo diferenciado
- Piscina adulto e infantil
- Deck molhado
- Solarium
- Fitness Center
- Salão e jogos
- Sauna com sala Relax
- Biniquedoteca
- Salão de Festas
- Varanda Gourmet
- Churrascaria
- Playground
- Quadra de Esportes

Fonte: TCI (2014).

Segundo Ferrara (2002, p. 26), a decisão econômica está imbricada na verticalidade das altas torres de concreto, mas se disfarça atrás das fachadas e da nobreza dos materiais utilizados, como vidro, aço ou mármore. Os espaços internos não correspondem à dimensão das fachadas, pois o poder econômico e o empresarial se utilizam do artifício da verticalidade como forma de obter prestígio e, assim, representar o poder e a eficiência global.

A construção de um edifício está relacionada a um projeto, a uma visão

determinada e com os materiais definidos. A unidade constituída entre os materiais e procedimentos projetivos é indissolúvel, sendo eles vistos e interpretados por meio dos signos visuais que os relacionam (FERRARA, 2002).

Conforme referido anteriormente, em Goiânia, assim como em outras metrópoles, os espaços verdes da cidade são signos que remetem principalmente à qualidade de vida e bem-estar. Por esse motivo, as propagandas publicitárias tomam esses signos e o imaginário coletivo os transforma em imagens que são veiculadas nos meios de comunicação. Alguns empreendimentos se utilizam da proximidade com essas áreas verdes públicas da cidade para torná-las o “jardim do edifício”.

Figura 30 - A sacada *gourmet* funciona como “varanda para o jardim do edifício”.



Fonte: Autora, 2014.

Essas ações do poder público e da mídia refletem diretamente nos programas arquitetônicos que são oferecidos aos novos usuários, tanto nas áreas comuns dos edifícios quando nos apartamentos. A valorização dessas paisagens e a opção de contemplação e extensão da casa para o ambiente externo contribuíram para uma mudança significativa nos arranjos espaciais dos apartamentos.